



Bruxelas, 20.2.2020
C(2020) 1032 final

DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO

de 20.2.2020

que altera a Decisão de Execução C(2014) 10189, que aprova determinados elementos do «Programa operacional regional do Algarve 2014-2020» para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Algarve em Portugal

CCI 2014PT16M2OP007

(APENAS FAZ FÉ O TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA)

DECISÃO DE EXECUÇÃO DA COMISSÃO

de 20.2.2020

que altera a Decisão de Execução C(2014) 10189, que aprova determinados elementos do «Programa operacional regional do Algarve 2014-2020» para apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e do Fundo Social Europeu no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Algarve em Portugal

CCI 2014PT16M2OP007

(APENAS FAZ FÉ O TEXTO EM LÍNGUA PORTUGUESA)

A COMISSÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia,

Tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1303/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, que estabelece disposições comuns relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão, ao Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu, ao Fundo de Coesão e ao Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1083/2006 do Conselho¹, nomeadamente o artigo 96.º, n.º 10,

Tendo consultado o Comité do FSE,

Considerando o seguinte:

- (1) Pela Decisão de Execução C(2014) 10189 da Comissão, com a última redação que lhe foi dada pela Decisão de Execução C(2019) 7425 da Comissão, foram aprovados certos elementos do «Programa operacional regional do Algarve 2014-2020» para o apoio do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (‘FEDER’) e do Fundo Social Europeu (‘FSE’) no âmbito do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Algarve em Portugal.
- (2) Nos termos do artigo 22.º, n.º 2, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, a Comissão verificou que uma prioridade do programa operacional não alcançou os seus objetivos intermédios; sendo assim, Portugal deveria propor a reafecção do montante correspondente da reserva de desempenho para uma prioridade que tivessem alcançado os objetivos intermédios.
- (3) Em 13 de novembro de 2019, Portugal apresentou, pelo sistema eletrónico de intercâmbio de dados da Comissão, um pedido de alteração do programa operacional. O pedido foi acompanhado de uma versão revista do programa operacional, na qual Portugal propôs uma alteração dos elementos do programa operacional referidos nas alíneas b) subalíneas ii), iv) e v) e d) subalínea ii), do parágrafo n.º 2 do artigo 96.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, todos objeto da Decisão de Execução C(2014) 10189.

¹ JO L 347 de 20.12.2013, p. 320.

- (4) A alteração do programa operacional consiste essencialmente numa reafetação da reserva de desempenho, no valor de EUR 240 000, do eixo prioritário 8 «Modernizar e capacitar a Administração» cujos objetivos não foram atingidos para o eixo prioritário 6 «Afirmar a coesão social e territorial», que os atingiu, ambos financiados pelo FSE.
- (5) A alteração do programa operacional inclui igualmente a revisão de alguns indicadores financeiros e de realização no quadro de desempenho do programa para os eixos prioritários 8 e 6 resultante das referidas reafetações e da revisão dum indicador de realização.
- (6) Nos termos do artigo 30.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o pedido de alteração do programa operacional é devidamente fundamentado pela necessária reafetação da reserva de desempenho resultante do facto de que um eixo prioritário não alcançou os respetivos objetivos intermédios, e pela necessidade de ajustar correspondentemente os objetivos para alguns indicadores, e especifica o impacto previsto das alterações do programa na realização da estratégia da União para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo e para os objetivos específicos definidos no programa, tendo em conta o Regulamento (UE) n.º 1303/2013, os Regulamentos (UE) n.º 1301/2013² e (UE) n.º 1304/2013³ do Parlamento Europeu e do Conselho, os princípios horizontais referidos nos artigos 5.º, 7.º e 8.º do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, assim como o Acordo de Parceria com Portugal aprovado pela Decisão de Execução C(2014) 5513 da Comissão, com a última redação que lhe foi dada pela Decisão de Execução C(2019) 3210 da Comissão.
- (7) Nos termos do artigo 110.º, n.º 2, alínea e), do Regulamento (UE) n.º 1303/2013, o comité de acompanhamento, por procedimento escrito de 25 de outubro de 2019, analisou e aprovou a proposta de alteração do programa operacional, tendo em conta o texto da versão revista do programa operacional e o seu plano de financiamento.
- (8) De acordo com a sua avaliação, a Comissão referiu que a alteração do programa operacional afeta as informações fornecidas no Acordo de Parceria celebrado com Portugal nos termos da alínea a) subalínea iv) do artigo 15.º, n.º 1, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013. Deve ter-se em consideração para o procedimento anual de alteração do Acordo de Parceria em conformidade com o artigo 16.º, n.º 4-A, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.
- (9) A Comissão avaliou o programa operacional revisto e não fez observações nos termos da primeira frase do artigo 30.º, n.º 3 do Regulamento (UE) n.º 1303/2013.
- (10) Os elementos alterados do programa operacional revisto submetidos à aprovação da Comissão nos termos do artigo 96.º, n.º 10, do Regulamento (UE) n.º 1303/2013 devem, por conseguinte, ser aprovados.
- (11) A Decisão de Execução C(2014) 10189 deve, por conseguinte, ser alterada em conformidade,

² Regulamento (UE) n.º 1301/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e que estabelece disposições específicas relativas ao objetivo de investimento no crescimento e no emprego, e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1080/2006 (JO L 347 de 20.12.2013, p. 289).

³ Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de dezembro de 2013, relativo ao Fundo Social Europeu e que revoga o Regulamento (CE) n.º 1081/2006 do Conselho (JO L 347 de 20.12.2013, p. 470).

ADOTOU A PRESENTE DECISÃO:

Artigo 1.º

A Decisão de Execução C(2014) 10189 passa a ter a seguinte redação:

1. no artigo 1.º, o proémio passa a ter a seguinte redação:
«Os seguintes elementos do «programa operacional regional do Algarve 2014-2020» para o apoio conjunto do FEDER e do FSE, a título do objetivo de Investimento no Crescimento e no Emprego para a região do Algarve em Portugal para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2020, apresentado na sua versão final em 12 de dezembro de 2014, com a última redação que lhe foi dada pela versão revista do programa operacional apresentada na sua versão final em 13 de novembro de 2019, são aprovados:»;
2. o anexo II é substituído pelo texto constante do anexo da presente decisão.

Artigo 2.º

O destinatário da presente decisão é a República Portuguesa.

Feito em Bruxelas, em 20.2.2020

Pela Comissão

Elisa FERREIRA

Membro da Comissão

